



## Aprimoramento dos programas de manutenção escolar do Governo Federal com enfoque nas escolas indígenas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), encontra-se em processo de aprimoramento das políticas de manutenção escolar junto às escolas indígenas. Nesse contexto, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa Caminho da Escola têm sido objeto de análise para aperfeiçoamento das estratégias de avaliação, monitoramento e assistência técnica, com foco na ampliação do acesso das escolas indígenas a tais serviços.

Os programas citados foram escolhidos pela Coordenação-Geral de Transporte Escolar e Coordenação-Geral de Aprimoramento e Manutenção Escolar da Diretoria de Assuntos Educacionais do FNDE (CGPTE-CGAME/Dirae) e pela equipe da Coordenação de Processos Educativos da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania da Funai (COPE/CGPC) para serem aprimorados em razão de sua importância para as escolas indígenas: o PDDE relaciona-se diretamente com a autonomia da comunidade escolar e a gestão democrática da escola; já os programas de transporte

escolar são fundamentais para o acesso e a permanência dos alunos nos estabelecimentos escolares, contribuindo para a queda nos índices de evasão e melhoria na qualidade do ensino.

Em respeito ao direito dos povos indígenas de participarem da elaboração de políticas públicas que afetam seus territórios e modos de vida, FNDE e Funai empreenderam esforços para viabilizar visitas técnicas em diversas regiões do país, a fim de diagnosticar a realidade e necessidades das escolas a partir da escuta ativa de gestores e professores indígenas. As visitas buscaram ainda dialogar com as secretarias estaduais e municipais de educação e conselhos de educação para compreender as realidades e desafios locais regionais das unidades executivas das políticas de educação. Nessa perspectiva, diversos servidores das Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai também participaram dos encontros, qualificando as discussões a partir dos direitos dos povos indígenas a uma educação específica, diferenciada e com normativas próprias.





19

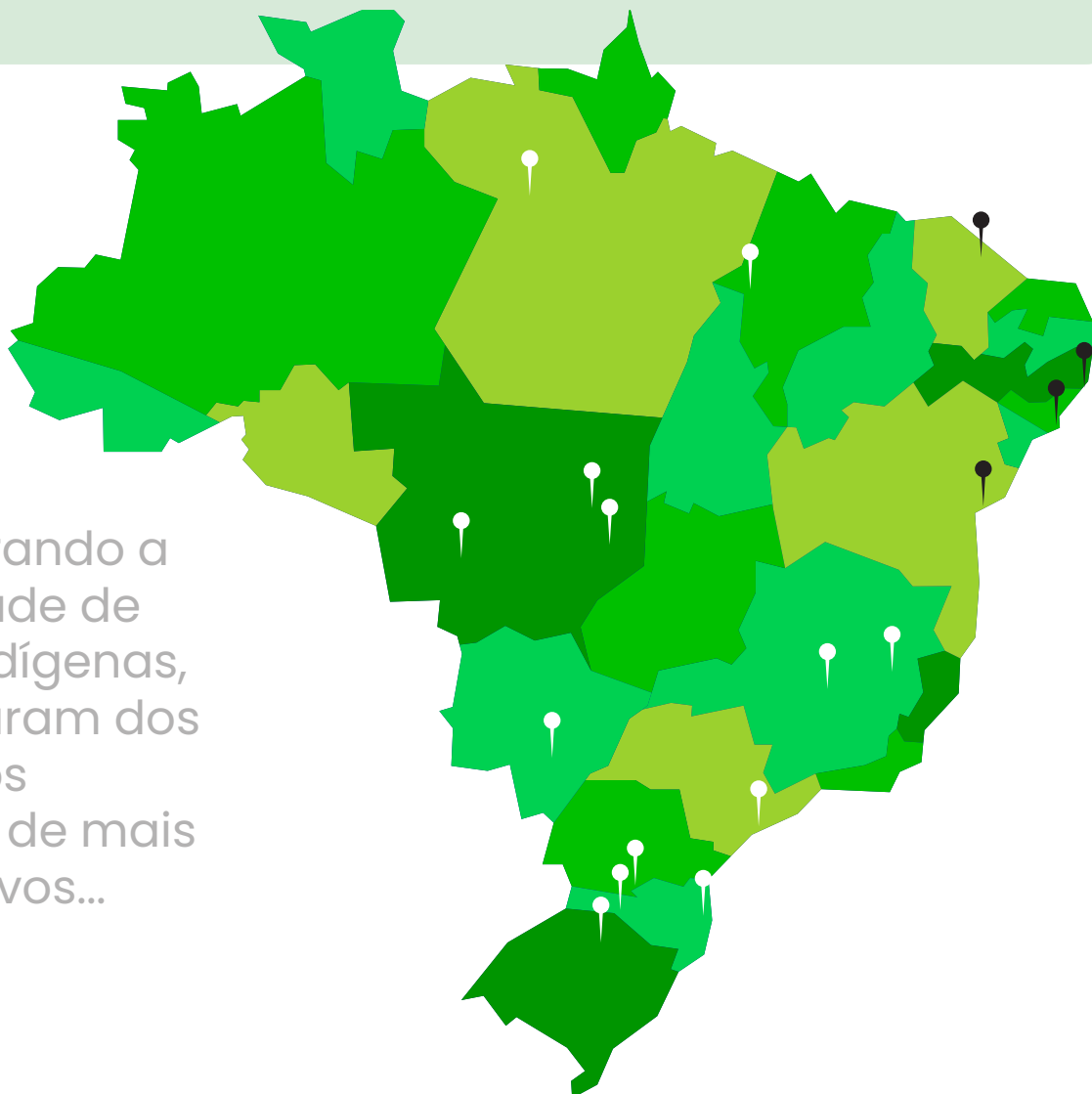
VISITAS TÉCNICAS

17

MUNICÍPIOS

Ao todo, foram realizadas 19 visitas técnicas entre março e junho de 2023, as quais ocorreram em 17 municípios, abrangendo participantes representantes de 18 estados brasileiros, conforme quadro abaixo e Figuras 1 a 19.

Considerando a diversidade de povos indígenas, participaram dos encontros gestores de mais de 30 povos, entre eles Kaingang, Guaraní Mbya, Guaraní Nhandeva, Guaraní Kaiowá, Terena, Kariri-Xocó, Tupinambá, Pankararu, Pankará, Xukuru, Kariri, Pataxó, Atikum, Aconã, Wassu-Cocal, Xavante, Kaiabi, Paresi, Munduruku, Wai-Wai, Borari, Krikati, Gavião, Guajajara, Anacé, Potiguara, Tabajara.



“

Considerando a diversidade de povos indígenas, participaram dos encontros gestores de mais de 30 povos...



FIGURA (clique no número para visualizar)	DATA (2023)	MUNICÍPIO DA VISITA TÉCNICA	ORIGEM DOS PARTICIPANTES	REGIÃO
<a href="#">1</a>	13 e 14/03	Governador Valadares/MG	MG	Sudeste
<a href="#">2</a>	20 e 21/03	Passo Fundo/RS	RS	Sul
<a href="#">3</a>	23 e 24/03	São José/SC	Leste de SC	
<a href="#">4</a>	27 e 28/03	Chapecó/SC	Oeste de SC	
<a href="#">5</a>	30 e 31/03	Guarapuava/PR	PR	
<a href="#">6</a>	08 e 09/05	Maceió/AL	AL e SE	Nordeste
<a href="#">7</a>	11 e 12/05	Salvador/BA	BA	
<a href="#">8</a>	15 e 16/05	Fortaleza/CE	CE	
<a href="#">9</a>	18 e 19/05	Imperatriz/MA	MA	
<a href="#">10</a>	22 e 23/05	Salvador/BA	BA	
<a href="#">11</a>	29 e 30/05	Barra do Garças/ MT	MT	Centro-Oeste
<a href="#">12</a>	01 e 02/06	Canarana/MT	MT	
<a href="#">13</a>	06 e 07/06	Cuiabá/MT	MT	
<a href="#">14</a>	12 e 13/06	Fortaleza/CE	CE, PI e RN	Nordeste
<a href="#">15</a>	15 e 16/06	Dourados/MS	MS	Centro-Oeste
<a href="#">16</a>	19 e 20/06	Belo Horizonte/MG	MG	Sudeste
<a href="#">17</a>	22 e 23/06	São Paulo/SP	SP e RJ	
<a href="#">18</a>	26 e 27/06	Recife/PE	PE e PB	Nordeste
<a href="#">19</a>	29 e 30/06	Santarém/PA	Oeste do PA	Norte





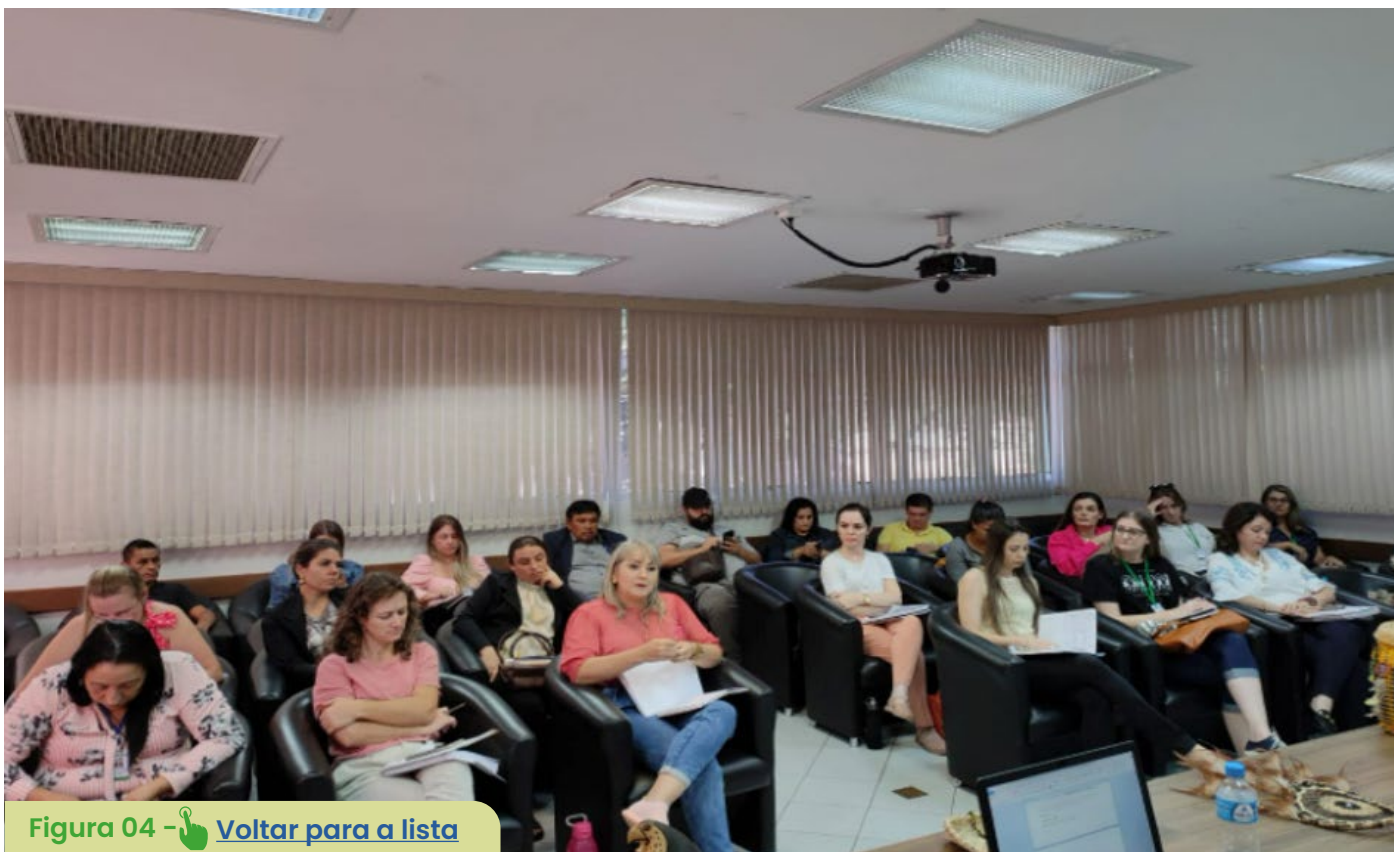




Figura 05 -  [Voltar para a lista](#)




Figura 06 -  [Voltar para a lista](#)





Figura 07 - [Voltar para a lista](#)



Figura 08 - [Voltar para a lista](#)





Figura 09 -  [Voltar para a lista](#)




Figura 10 -  [Voltar para a lista](#)





Figura 11 - [Voltar para a lista](#)



Figura 12 - [Voltar para a lista](#)





Figura 13 -  [Voltar para a lista](#)



Figura 14 -  [Voltar para a lista](#)






Figura 15 -  [Voltar para a lista](#)




Figura 16 -  [Voltar para a lista](#)





Figura 17 -  [Voltar para a lista](#)





Figura 18 -  [Voltar para a lista](#)





Figura 19 –  [Voltar para a lista](#)

Para o PDDE, os principais desafios são ampliar o acesso à informação aos diretores indígenas de Unidades Executoras (UEX), por meio de orientação técnica sobre a execução dos recursos e sobre a prestação de contas, além de garantir a participação da comunidade escolar nos conselhos escolares/associações de pais e mestres. Em alguns estados, as UEX possuem diretores não indígenas e, nesses casos, também é necessário alcançar o protagonismo dos indígenas.

Para os programas de transporte escolar, os principais desafios são os elevados custos de manutenção das rotas em razão das longas distâncias, vias de acesso terrestre com barreiras geográficas, condições climáticas diversas e adversas, manutenção precária de vias terrestres, vias de acesso fluvial com condições físicas diversas e adversas, fatores climáticos interferindo nas vias fluviais, processos licitatórios lentos para reposição de peças, entre outros. Todos esses fatores se correlacionam e variam de acordo com cada região do país, contribuindo com uma maior depreciação dos veículos e embarcações que

circulam nos territórios indígenas. Além desses aspectos, muitas rotas ainda possuem poucos alunos, tornando ainda maior o desafio de atendimento em razão dos valores per capita repassados que não refletirem os custos operacionais locais. Ainda, as práticas de preços elevados de combustíveis em alguns municípios localizados em regiões mais remotas do Brasil também interferem na operacionalização das rotas de transporte escolar.

Por fim, para todos os programas é importante que os gestores indígenas tenham acesso à informação com pertinência de vocabulário e partir de materiais de orientação adequados à realidade de suas escolas. Assim, os materiais informativos sobre a legislação, trâmites processuais e orientações técnicas já disponibilizados no site do FNDE serão objeto de revisão, em conjunto com a Funai, para atender a legislação da educação escolar indígena. As próximas visitas técnicas devem ser retomadas a partir de outubro do corrente ano e buscarão aprofundar o diagnóstico das necessidades para as escolas indígenas da região Norte do país.